



COMITÊ ORIENTADOR DO FUNDO AMAZÔNIA

Registro de Encaminhamentos e Temas – RET da 20ª Reunião

Manhattan Plaza Hotel, Salão Brooklin – Brasília – DF

29 de abril de 2016 – 9h30 às 13h

PAUTA

9h30min	Abertura: Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente, Carlos Klink Diretor do BNDES, Henrique Paim
10h	Aprovação do Registro de Encaminhamentos e Temas (RET) da 19ª Reunião
10h30min	Tema de Pauta 1: Aprovação do Relatório Anual de Atividades do Fundo Amazônia de 2015
11h	Tema de Pauta 2: Apresentação dos dados e análise da taxa de desmatamento de 2015
12h	Apresentação de Informes: Lançamento da Estratégia Nacional de REDD+ (ENREDD+) e 1ª Reunião da Comissão Nacional para REDD+ (CONAREDD+)
12h30min	Outros assuntos
13h	Encerramento



Foi distribuída aos participantes uma pasta contendo o seguinte material de apoio:

Material de Apoio

- 1** Agenda da Reunião
RET da 19ª Reunião

- Tema de Pauta 1**
2 Aprovação do Relatório Anual de Atividades do Fundo Amazônia de 2015
 - Página de Instrução e PPT

- Tema de Pauta 2**
3 Apresentação dos dados e análise da taxa de desmatamento de 2015
 - Página de Instrução

- Informes**
4 Lançamento da Estratégia Nacional de REDD+ (ENREDD+) e 1ª Reunião da Comissão Nacional para REDD+ (CONAREDD+)

Regimento Interno do Comitê Orientador do Fundo Amazônia

Decreto 6.527/2008

Diretrizes e Critérios para aplicação dos recursos do Fundo Amazônia e focos de atuação para o biênio 2015 e 2016



Abertura dos trabalhos

A reunião foi iniciada com as saudações e boas vindas aos presentes pelo Secretário-Executivo do MMA, Carlos Klink, que em seguida passou a palavra à Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira.

A Ministra Izabella Teixeira (MMA) inicialmente destacou que a discussão que se coloca no plano internacional para combater os efeitos das mudanças climáticas e reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE) é de natureza política, envolvendo um forte engajamento dos países para a ratificação do Acordo de Paris ainda este ano. Mencionou que a ratificação do Acordo de Paris passará a valer depois que ao menos 55 países, que representem em conjunto pelo menos 55% do total global das emissões GEE, tiverem apresentado seus compromissos ratificados.

Salientou que os países mais representativos do ponto de vista de emissões estão fazendo um grande esforço para ratificarem o mais breve possível o Acordo de Paris. Nesse contexto, mencionou como uma primeira leitura política que no caso dos Estados Unidos está sendo considerado um processo que não passa pelo Congresso Americano, conhecido como certificação, que seria inclusive uma figura nova no direito internacional. Com relação à China, avaliou que esse país deve apresentar a ratificação do Acordo de Paris ainda em 2016, talvez antes de setembro. Por sua vez, mencionou que a União Europeia está fortemente engajada para chegar com o Acordo de Paris em vigor na próxima Conferência das Partes (COP 22), que vai acontecer em Marrakesh.

Mencionou que há várias questões que se desdobram do Acordo de Paris e que provavelmente as duas ou três próximas Conferências das Partes se concentrem no estabelecimento de regras e regulamentações para tornar o acordo operacional, ou seja, serão conferências menos políticas e mais da diplomacia do carbono, do sistema de governança, dos instrumentos de monitoramento e avaliação.

No que tange à ratificação do Acordo de Paris pelo Brasil, informou que a Presidente da República pretende encaminhá-lo nos próximos dias para a apreciação pelo Congresso Nacional. Mencionou já haver conversado com diversos parlamentares sobre a importância de ser priorizada a ratificação desse acordo, sendo desejável que o Brasil venha a fazer parte do primeiro grupo de países que ratificaram esse acordo e em conjunto preencheram as condições de sua vigência.

Salientou a importância do papel desempenhado pelo Brasil no tema das mudanças climáticas, a existência do próprio Fundo Amazônia por conta do compromisso do governo e da sociedade brasileira com essa questão, bem como a necessidade do país se preparar para a implementação da sua pretendida contribuição nacionalmente determinada (intended Nationally Determined Contribution – iNDC), que destacou ser agora a contribuição nacionalmente determinada (NDC) do Brasil.



Argumentou que a implementação da NDC do Brasil vai requerer do governo, dos setores produtivos e da sociedade em geral novos arranjos, novas linhas de financiamento, acesso a novas tecnologias e o encaminhamento de uma série de questões que já foram discutidas com todos os atores que contribuíram para a construção da proposta brasileira.

Isabella Teixeira (MMA) em seguida mencionou que o Brasil optou por uma abordagem “economy wide”, ou seja, o país terá que se preparar para que todos os setores de sua economia, todas as políticas públicas saibam lidar com a questão da mudança do clima e com a contabilidade de carbono, mesmo que não tenham emissões expressivas do ponto de vista da contabilidade geral de carbono no país.

Em seguida comentou que o desmatamento vem reduzindo sua participação no total das emissões de GEE do Brasil, sendo que em 2005 o setor de uso da terra e florestas respondia por 57% das emissões desses gases, enquanto que em medições mais recentes este número se reduziu para 15%. Nesse contexto informou que já foram assegurados recursos financeiros para que o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação realize novo inventário, que captará a redução do desmatamento na Amazônia nos anos mais recentes. Em face dessas considerações, concluiu que a tendência é que as emissões decorrentes de desmatamento continuem a ter a sua participação reduzida no perfil de emissões de GEE do Brasil.

Mencionou que o Brasil responde por 2,5% das emissões globais e que precisa estar preparado para as novas estruturas institucionais e legais associadas a essa temática. Exemplificou que se o país decidir que a partir do Acordo de Paris passará a ter um mercado de carbono terá que criar lei específica ou regulamentação que assegure as condições para os investimentos no Brasil. Se, todavia, optar pela taxaço do carbono, essa decisão implicará em uma discussão de arcabouço legal. Ainda exemplificando, mencionou que se o país optar por estabelecer requisitos de “green building” na construção civil brasileira, será necessário estabelecer regras e sistemas de medições nacionais, o que exigirá muito das instituições científicas do Brasil.

Destacou que o Brasil é reconhecido internacionalmente por sua credibilidade no que tange às emissões de GEE. Mencionou que a NDC do Brasil foi construída com base em modelos matemáticos e fundamentada no planejamento setorial e na ciência. Mencionou que é grande o desafio que se apresenta, inclusive de medição de fatores como a perda de biodiversidade e a fragmentação de florestas, sendo necessário dialogar cada vez mais com a ciência para a tomada de decisões. Nesse contexto, mencionou a presença da Dra. Thelma Krug, Diretora do Departamento de Políticas para o Combate ao Desmatamento - DPCD do MMA e vice-presidente do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), com quem participou de um debate com vários outros pesquisadores e especialistas do IPCC, em Paris, para mostrar a visão do Brasil sobre esses temas.



Proseguiu mencionando que será lançado o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA), elaborado pelo governo federal em colaboração com a sociedade civil, setor privado e governos estaduais que tem como objetivo promover a redução da vulnerabilidade nacional à mudança do clima e realizar uma gestão do risco associado a esse fenômeno.

Informou haver realizado uma reunião com a FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos para um balanço sobre a implementação do novo código florestal brasileiro (lei nº 12.651, de 25.05.2012). Ressaltou a importância da implementação do código florestal e de seus instrumentos, bem como a necessidade de se encontrarem os meios de financiar a restauração florestal com espécies nativas.

Considerou importante destacar que com a implementação do cadastro ambiental rural (CAR) foi verificado que há mais área de vegetação nativa sob o domínio de proprietários privados do que no sistema nacional de unidades de conservação da natureza, ou seja, foram identificados mais ativos de biodiversidade sob o domínio privado do que sob o domínio público.

Nessa oportunidade, mencionou que o estabelecimento de conexão entre a Convenção da Diversidade Biológica (CDB) e a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) se coloca como uma agenda ambiciosa do ponto de vista da política internacional. Informou que o Brasil defende essa mudança de escala da CDB para estar também no mesmo alinhamento político com a UNFCCC.

Destacou que são necessários instrumentos para assegurar que a vegetação nativa não seja removida, já que parte dela pode ser removida legalmente. Nesse contexto destacou que ganha importância a discussão sobre o pagamento de serviços ambientais (PSA) e de outros instrumentos econômicos, tais como as cotas de reserva ambiental (CRAs), que são títulos representativos de cobertura vegetal que podem ser usados para cumprir a obrigação de reserva legal em outra propriedade.

Relatou que o Ministério do Meio Ambiente vem desenvolvendo uma pauta para a implementação da NDC do Brasil. Do ponto de vista tecnológico, lembrou que a agricultura de baixo carbono deverá incorporar muitas inovações que representarão ativos de uma agenda de desenvolvimento do país. No que tange à questão energética, mencionou o papel das novas fontes de energia renovável, especialmente as de origem solar, eólica e biomassa.

Ainda nesse tópico, mencionou o papel das dinâmicas bilaterais entre os países para a transferência de tecnologias e a captação de recursos em torno dos seus modelos de desenvolvimento, sem prejuízo da natureza multilateral das negociações climáticas. Lembrou também outros temas estratégicos, como a discussão sobre os biocombustíveis de segunda geração e o debate sobre tecnologias associadas a carros elétricos e transporte coletivo.



Mencionou que todos esses temas vão requerer uma revisão da governança de clima do país, lembrando que o Brasil assumiu um compromisso nacional voluntário em reduzir suas emissões projetadas até 2020 ao aprovar por meio de lei sua Política Nacional sobre Mudança do Clima. Registrou que uma vez ratificado o Acordo de Paris, o país passará a ter um novo quadro legal de cumprimento de obrigações.

Destacou que cabe ao governo brasileiro encaminhar esse debate, argumentando que talvez fosse mais coerente do ponto de vista de governança ter o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão coordenando a implementação desse processo como parte da agenda de desenvolvimento brasileira. Acrescentou que esse tema deixou de ser parte acessória para se tornar o tema central da agenda de opções de desenvolvimento do país.

Mencionou que o projeto TerraClass do INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, identificou cerca de 22 milhões de hectares em floresta secundária que estão em processo de regeneração natural na Amazônia, o que sinaliza o potencial do Brasil se tornar um sumidouro de carbono, isto é, deixar de emitir para capturar carbono. Todavia, ressaltou que essas áreas precisam ser monitoradas para saber se essa vegetação permanecerá; saber quem são os proprietários, se privados ou o setor público; decidir se deverão ser criadas nesses territórios áreas de proteção para assegurar que de fato ocorra a regeneração dessas florestas.

Com relação à agricultura brasileira, fez referência ao CAR e ao Inventário Florestal Nacional – IFN que está sendo conduzido com o propósito de produzir informações sobre as florestas em todo o território brasileiro. Informou que a partir desses processos será possível contabilizar os estoques de carbono existentes nos estabelecimentos rurais, o que poderá vir a representar ativos de carbono com potencial de monetização. Acrescentou que um dos desafios será plantar e produzir alimentos com a ambição que o mundo quer, sem, todavia, aumentar a área desmatada.

Isabella Teixeira (MMA) ressaltou que a NDC do Brasil colocou o desafio de se alcançar, na Amazônia brasileira, o desmatamento ilegal zero até 2030. Destacou que essa meta poderá ser alcançada antes, tendo mencionado que os estados do Mato Grosso e do Acre tem modelagens para acabar com o desmatamento ilegal em seus territórios até 2020.

Informou que durante a COP-21, em Paris, foi firmado compromisso com o governo da Noruega de nova doação para o Fundo Amazônia no valor de cerca de US\$ 600 milhões, além do compromisso do governo da Alemanha de nova doação, quando da visita da Chanceler Angela Merkel ao Brasil, de 100 milhões de euros.

Mencionou que o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM) está sendo revisado, bem como estão sendo



aprimorados os instrumentos de monitoramento e controle do desmatamento, entre os quais o DETER - Sistema de Detecção de Desmatamentos em Tempo Real.

Registrou que com a criação do Gabinete Permanente de Gestão Integrada para a Proteção do Meio Ambiente (GGI) houve o aprimoramento do monitoramento, fiscalização e das ações preventivas e repressivas dos órgãos públicos em relação aos crimes e infrações ambientais na Amazônia Legal. Nesse contexto, Isabella Teixeira (MMA) mencionou que o Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais passou a contribuir para o sistema de inteligência brasileiro, atuando de forma articulada com as forças que protegem o território brasileiro, já que há outros ilícitos associados ao crime ambiental.

Mencionou a consolidação da parceria estabelecida com a Organização Internacional de Polícia Criminal – Interpol, bem como o fato do Ministério do Meio Ambiente haver sempre priorizado na alocação de recursos as ações de fiscalização e combate ao desmatamento.

Acrescentou que não obstante esses esforços, a taxa de desmatamento na Amazônia Legal tem oscilado nos últimos anos em um intervalo entre 4.600 km² e 5.800 km², sendo necessário romper com esse padrão para alcançar em 2020 a meta de 3.925 km² de desmatamento anual máximo estabelecido pela Política Nacional sobre Mudança do Clima.

Mencionou a responsabilidade conjunta dos integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) para o atingimento dessa meta, destacando o papel que necessita ser plenamente desempenhado pelo conjunto dos governos estaduais na fiscalização das infrações ambientais, conforme competências previstas na Lei Complementar nº 140, de 08.12.2011.

Destacou, também, a importância dos governos estaduais da Amazônia Legal darem publicidade às autorizações de supressão de vegetação, a fim de que se possa separar nas ações de fiscalização o que é desmatamento legal do que é desmatamento ilegal. Argumentou que essa providência permitirá qualificar as ações de fiscalização, tornando-as mais incisivas na prevenção e repressão do desmatamento.

Em seguida, ao comentar que instituições ambientais devem dispor de recursos financeiros para cumprir as suas atribuições, informou que a arrecadação do Ibama foi triplicada nos últimos seis anos e que o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) vem arrecadando mais que suas despesas orçamentárias. Lembrou que houve repasse para os estados de parcela da receita obtida pelo Ibama com a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA), de forma que estes desempenhem atividades de fiscalização ambiental.

Isabella Teixeira (MMA) enfatizou ser imprescindível a contenção do crime ambiental, recomendando ao COFA a discussão sobre as dinâmicas do



desmatamento e como estruturar e articular a fiscalização para prevenir e coibir a sua ocorrência.

Mencionou que o cadastro ambiental rural já é um grande aliado nesse processo, principalmente na Amazônia, que tem o melhor desempenho do país em termos de inscrição no CAR. Informou que o cadastramento está permitindo uma visão muito mais precisa do território, e que vem contribuindo inclusive para a correção de outras bases de dados públicas.

Nesse contexto, informou que está sendo feito um trabalho de consolidação dos dados do CAR em parceria com a FBDS - Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável que identificará, entre outros, as áreas prioritárias para restauração florestal e as áreas de conectividade para o estabelecimento de corredores ecológicos. Informou que a previsão é de que em 2017 esse levantamento já esteja concluído para 4.100 municípios e disponível para consulta no Sicar - Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural.

Manifestou preocupação com a queda da arrecadação e a situação orçamentária e financeira no país, que tem gerado sucessivos contingenciamentos dos orçamentos dos órgãos públicos. Informou que houve cortes de despesas no Ministério do Meio Ambiente e que, em função dessas dificuldades, considera relevante ser avaliada no âmbito do COFA a dispensa, em caráter excepcional, da observância da regra da adicionalidade dos recursos do apoio do Fundo Amazônia aos órgãos públicos no caso de projetos que visem dar continuidade ou aprimorar a fiscalização ambiental e controle do desmatamento.

Salientou o caráter temporário dessa proposição, de forma que o monitoramento e a fiscalização do desmatamento não fiquem prejudicados, não vindo essa providência representar uma substituição de recursos, mas sim assegurar que as ações efetivamente essenciais não sofram descontinuidade devido aos graves problemas macroeconômicos do conhecimento de todos, o que poderia comprometer toda a estratégia de fiscalização da Amazônia.

Isabella Teixeira (MMA) finalizou solicitando aos membros do COFA sensibilidade com relação a esse tema, para que se possa alcançar nos próximos anos o objetivo do Fundo Amazônia, que é o fim do desmatamento.

1. Discussão e aprovação do RET da 19ª Reunião do COFA

Carlos Klink (MMA) indagou aos membros do COFA se haveria alguma proposta de ajuste na redação do RET da 19ª reunião desse Comitê. Como não houve proposta de modificação, foi aprovado por unanimidade o RET da 19ª reunião do COFA.



2. Discussão e aprovação de novo foco de atuação para o biênio 2015/2016

Carlos Klink passou a palavra para o Diretor da Área de Meio Ambiente do BNDES, Henrique Paim, que elogiou a participação do Brasil no Acordo de Paris, com a liderança do Ministério do Meio Ambiente. Ressaltou o trabalho consistente desse Ministério para o avanço da política ambiental e a queda do desmatamento nos últimos anos.

Henrique Paim (BNDES) afirmou que o banco tem apoiado fortemente os compromissos assumidos pelo país na sua INDC e citou como exemplos a gestão do Fundo Amazônia, o lançamento de edital para a restauração ecológica da Mata Atlântica, o apoio à energia renovável e o financiamento da agricultura de baixo carbono.

Com relação ao Fundo Amazônia, Henrique Paim (BNDES) relatou a necessidade de se acelerar a implementação dos projetos e também de se repensar a questão da fiscalização no atual cenário de restrição fiscal em que o país se encontra.

Carlos Klink (MMA) agradeceu as palavras de Henrique Paim (BNDES) e propôs uma inversão de pauta da reunião a fim de apresentar sugestão de novo foco de atuação para o biênio 2015/2016. Estando todos de acordo com o encaminhamento, passou a palavra para Daniela Baccas (BNDES).

Daniela Baccas (BNDES) informou que o Ministério do Meio Ambiente em conjunto com o BNDES elaborou proposta de novo foco de atuação para o Fundo Amazônia no biênio 2015/2016, a fim de dispensar, em caráter excepcional, a condicionante de adicionalidade de recursos citada no item B8 das Diretrizes e Critérios para aplicação dos recursos do Fundo Amazônia.

De acordo com o novo foco de atuação, o Fundo Amazônia poderia apoiar projetos que visem dar continuidade ou aprimorar a fiscalização ambiental e controle do desmatamento, a serem apresentados por órgãos ou instituições públicas federais ou estaduais, com mandato legal para realizar as ações de fiscalização, no âmbito do SISNAMA. Para tanto, relatou que será necessária uma justificativa técnica apresentada formalmente pelo Ministério do Meio Ambiente, bem como declaração do referido órgão/instituição proponente no sentido de que inexistem fontes de recursos disponíveis para o apoio financeiro pleiteado. A justificativa técnica e a declaração mencionadas seriam documentos obrigatórios e conjuntos à proposta a ser protocolada formalmente no BNDES.

Em seguida, Carlos Klink (MMA) abriu a palavra para eventuais manifestações dos membros do COFA.

Mario Cardoso (CNI) externou preocupação em abrir a possibilidade para estados e União financiarem seus gastos públicos correntes com recursos do Fundo Amazônia, apesar de estar ciente da importância das ações de fiscalização para a



manutenção das atividades florestais, da biodiversidade, da conservação dos serviços ecossistêmicos e para o combate da ilegalidade na região. Reconheceu, no entanto, que o país enfrenta uma grave crise econômica e que há dificuldade em se manter os gastos com fiscalização. Salientou a importância de que uma solução emergencial não vire uma regra e de que além da fiscalização, deve-se atentar para o fomento, especialmente das atividades de base florestal por parte da União e dos estados.

Carlos Klink (MMA) reforçou que essa proposta tem caráter emergencial e, por isso, está sendo aprovada no âmbito dos focos de apoio do Fundo Amazônia para o biênio. Perguntou aos demais membros do COFA se haveria alguma outra manifestação quanto à proposta apresentada. Não havendo considerações, a proposta foi aprovada por unanimidade pelos membros do COFA.

Em seguida passou a palavra para Marilene Ramos, presidente do Ibama, que ressaltou a importância da aprovação dessa matéria para os estados e para o próprio Ibama. Afirmou ainda que o Ibama está empregando os seus melhores esforços para manter suas atividades de fiscalização, combater o desmatamento e a exploração ilegal de madeira.

Thelma Krug (MMA) complementou que o controle do desmatamento não pode estar apoiado somente na fiscalização e no controle, mas deve estar apoiado fundamentalmente no fomento das atividades sustentáveis. Frisou que somente dessa forma o desmatamento será controlado de forma estruturante.

Antonio Stroski (Amazonas) relatou que o estado do Amazonas está enfrentando uma situação crítica devido à economia do estado estar sustentada no polo industrial de Manaus. Lembrou também que há previsão de aumento de temperaturas na Amazônia devido ao fenômeno do *El Niño*.

Rubens Brito (Tocantins) concordou com Izabella Teixeira (MMA) que os estados têm o desafio de dar transparência às autorizações de supressão de vegetação. Relatou que 91% do estado do Tocantins pertencem ao bioma Cerrado e que existe dificuldade de detectar o desmatamento nesse bioma. Afirmou ainda que a meta do estado é zerar o desmatamento ilegal, mas para isso seria necessário obter apoio para aprimorar ferramentas tecnológicas, além de investir em capacitação técnica, adquirir imagens de satélite e construir bases cartográficas. Rubens Brito (Tocantins) indagou ainda se o novo foco aprovado pelo COFA contemplaria somente o Bioma Amazônia ou a Amazônia Legal.

Juliana Santiago (BNDES) informou que o novo foco aprovado abrange somente o Bioma Amazônia, todavia caso o Decreto nº 6.527/2008 seja alterado para contemplar o apoio do Fundo Amazônia a toda Amazônia Legal, essa mudança naturalmente deverá se refletir nesse foco.



Thelma Krug (MMA) esclareceu que está em andamento o programa de monitoramento ambiental dos biomas brasileiros e que o foco esse ano é o bioma Cerrado. Informou ainda que até o final de 2016 existirá uma série histórica consistente do desmatamento para esse bioma, que será atualizada a cada dois anos.

Rubens Brito (Tocantins) solicitou que ficasse registrado em ata pedido de participação do estado do Tocantins no grupo de trabalho criado pelo Ministério do Meio Ambiente sobre REDD que estuda o nível de referência de emissões para o bioma Cerrado.

Magali Medeiros (Acre) reforçou a importância da declaração do desmatamento ilegal zero firmado pelos estados do Acre e de Mato Grosso. Ressaltou a necessidade de articulação dos estados com o MMA para o alcance das metas e cumprimentou os membros do COFA pela aprovação do novo foco de apoio do Fundo Amazônia, voltado para a fiscalização ambiental e o controle do desmatamento.

Decisões e encaminhamentos

O COFA aprovou novo foco de apoio do Fundo Amazônia no biênio 2015/2016 nos seguintes termos: “projetos que visem dar continuidade ou aprimorar a fiscalização ambiental e o controle do desmatamento, apresentados por órgãos ou instituições públicas federais ou estaduais com mandato legal para realizar ações de fiscalização, no âmbito do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA, poderão, excepcionalmente, ser dispensados da condicionante mínima de adicionalidade de recursos, citada no item B8. Para tanto, será necessária uma justificativa técnica apresentada formalmente pelo Ministério do Meio Ambiente, bem como declaração do referido órgão/instituição proponente no sentido de que inexistem fontes de recursos disponíveis para o apoio financeiro pleiteado. A justificativa técnica e a declaração acima mencionadas são documentos obrigatórios e conjuntos à proposta protocolada formalmente no BNDES.”

3. Aprovação do Relatório Anual de Atividades do Fundo Amazônia 2015

Passou-se para a aprovação do Relatório de Atividades do Fundo Amazônia referente ao ano de 2015. Carlos Klink (MMA) informou que a minuta do relatório havia sido distribuída para todos os membros do COFA previamente por via eletrônica e passou a palavra para Juliana Santiago (BNDES) apresentar o supracitado relatório.

Juliana Santiago (BNDES) explicou que o Relatório de Atividades do Fundo Amazônia está estruturado em duas partes, uma primeira parte que abrange a



introdução, os objetivos do Fundo Amazônia, os dados sobre a governança e as doações, além do desempenho operacional e informações sobre o monitoramento e avaliação. E uma segunda parte que trata especificamente dos projetos apoiados.

Informou que o Fundo Amazônia encerrou 2015 com 80 projetos apoiados, no valor total de R\$ 1,2 bilhão. Relatou então alguns destaques do ano, entre eles o anúncio de novas doações por parte da República Federativa da Alemanha, no valor de € 100 milhões, e do Governo da Noruega, no valor de US\$ 600 milhões.

Ressaltou que o Fundo Amazônia já tem dez projetos concluídos, dentre eles cinco concluídos em 2015 e que no relatório há um capítulo específico para a relatoria desses projetos, que inclui, dentre outras informações: a contextualização sobre o projeto, sua lógica de intervenção, as atividades realizadas, os indicadores de resultados e impactos, as lições aprendidas e o relato sobre a sustentabilidade dos resultados.

Além disso, Juliana Santiago (BNDES) informou que há um capítulo sobre monitoramento e avaliação que, além de apresentar o Quadro Lógico do Fundo Amazônia com seus quatro componentes (atividades produtivas sustentáveis, monitoramento e controle, ordenamento territorial e desenvolvimento científico e tecnológico), relaciona a contribuição dos projetos a cada um desses componentes. Citou, como exemplo, o projeto do Instituto Floresta Tropical, concluído em 2015, que contribuiu para os seguintes componentes: produção sustentável, por meio da capacitação em técnicas de manejo sustentável; e o componente desenvolvimento científico e tecnológico, por meio de ações de sensibilização e pesquisa aplicada nessa temática. Explicou que, de maneira semelhante, cada projeto do Fundo Amazônia contribui para um ou mais componentes do Fundo Amazônia.

Complementou que nesse capítulo, também é apresentado um conjunto de indicadores de resultados e impactos, para os quais os projetos apoiados contribuem individualmente, e uma gama de indicadores regionais, com o objetivo de medir a evolução do objetivo geral do Fundo Amazônia: “redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável”.

Carlos Klink (MMA) agradeceu a apresentação e passou para a aprovação do Relatório de Atividades. Todos estando de acordo, foi aprovado por unanimidade o Relatório Anual de Atividades do Fundo Amazônia de 2015.

Mario Cardoso (CNI) mencionou preocupação quanto à baixa execução de alguns projetos apoiados pelo Fundo Amazônia, especialmente os do setor público. Destacou ser necessário observar a sustentabilidade financeira dos projetos apoiados, especialmente aqueles voltados para as atividades produtivas sustentáveis.

Juliana Santiago (BNDES) informou que, no início de junho, o Fundo Amazônia promoverá uma oficina de intercâmbio de experiências entre projetos de atividades



produtivas sustentáveis e que um dos temas a serem discutidos é a sustentabilidade das cadeias produtivas.

4. Apresentação dos dados e análise da taxa de desmatamento de 2015

Gabriel Lui (MMA) informou que na análise sobre os dados do desmatamento seria priorizado o período que corresponde à 3ª fase do PPCDAm, entre os anos de 2012 a 2015. Informou que o MMA monitorou as 194 ações que estavam previstas nessa 3ª fase do PPCDAm e que se encontra em processo de conclusão o respectivo relatório de balanço, que servirá de base para a construção da 4ª fase do PPCDAm.

Em seguida, lembrou que a meta estabelecida pela Política Nacional sobre Mudança do Clima é de chegar a 2020 com 3.925 km² de desmatamento anual máximo na Amazônia Legal e que o último dado do PRODES relativo a 2015 foi de 5.831 km² (dado preliminar) de desmatamento.

Mencionou, ainda, uma reunião recente em Brasília com os países membros da Organização do Tratado da Cooperação Amazônica (OTCA), em foi constatado que esses países estão mais adiantados que o Brasil no que tange à distinção entre o que é desmatamento legal e ilegal. Nesse contexto, reforçou a necessidade de se diferenciar quanto dos 5.831 km² de desmatamento em 2015 é relativo ao desmatamento legal ou ilegal.

Com relação à taxa de desmatamento de 2015 informou que foi identificado um aumento do desmatamento concentrado em três estados, a saber: Amazonas, Mato Grosso e Rondônia, diferentemente de anos anteriores, em que o aumento do desmatamento se distribuía de forma mais homogênea pela região amazônica.

Informou que foi identificado nos últimos três anos o retorno dos grandes polígonos de desmatamento, o que provavelmente indicaria uma percepção de redução do risco de desmatar ilegalmente. Em face disso manifestou que uma primeira resposta necessária seria a de fortalecer as ações de fiscalização e repressão às infrações ambientais.

Em relação à distribuição do desmatamento por categorias fundiárias, informou que se tem observado um padrão relativamente constante nos últimos anos. Acrescentou que em 2015 o desmatamento se distribuiu pelas seguintes categorias fundiárias: 37,5% em áreas privadas e outras áreas ainda sem categoria definida de uso da terra; 26,5% em assentamentos; 24,5% em glebas públicas não destinadas; 1% em terras indígenas e 10,5% em unidades de conservação.

Em seguida, apresentou uma análise da ocorrência do desmatamento pelos estados da Amazônia Legal e sua distribuição por categorias fundiárias no período de 2012 a 2015, destacando que sua ocorrência também guarda correlação com o estágio de regularização fundiária das terras em seu território. Como exemplo, citou o estado



de Mato Grosso, o qual tem uma situação fundiária mais bem definida e que, nesse período, 72% do desmatamento ocorreu em áreas privadas (e outras áreas ainda sem uma categoria definida de uso da terra).

Gabriel Lui (MMA) passou então a apresentar uma série de tendências do desmatamento em terras indígenas, unidades de conservação, assentamentos, glebas federais e municípios, a partir da justaposição de dados das áreas que mais sofreram com desmatamento no período de 2012 a 2015, o que permitiu verificar quais são as áreas que estão sofrendo maior pressão antrópica.

Para auxiliar na priorização das ações de fiscalização, apresentou, ainda, uma análise dessas mesmas categorias em que se compara a área já desmatada e a área de floresta remanescente das mesmas.

Finalizou destacando que esse trabalho de análise da dinâmica do desmatamento se destina a apoiar os processos de tomada de decisão e de fiscalização, enfatizando que é fundamental a continuidade das ações de monitoramento e repressão ao desmatamento ilegal.

Mario Cardoso (CNI) pontuou que não obstante o inegável mérito das ações de fiscalização e repressão às infrações ambientais, essa deve ser percebida como um dos pilares de uma estratégia mais ampla, já que a fiscalização por si só representa um custo elevado não só para o governo, mas também para toda a sociedade.

Vilson Machado (RO) mencionou as dificuldades enfrentadas em Rondônia com o transporte dos bens apreendidos com os infratores, o que muitas vezes leva à nomeação dos mesmos como seus fiéis depositários. Mencionou que o estado de Rondônia se encontra em tratativas com diversos órgãos para solucionar o desafio do transporte dos bens apreendidos, bem como está elaborando uma proposta de legislação que aumente a celeridade do processo de alienação dos bens apreendidos, de forma a descapitalizar os infratores ambientais.

5. Informes

Lançamento da Estratégia Nacional para REDD+ (ENREDD+) e 1ª. Reunião da Comissão Nacional de REDD+ (CONAREDD+)

Letícia Guimarães (MMA) informou que no dia 06.04.2016 ocorreu o lançamento oficial no Ministério do Meio Ambiente da Estratégia Nacional para REDD+ do Brasil (ENREDD+). Mencionou que a ENREDD+ é fruto de vários anos de discussões e deliberações e que foi efetivamente aprovada em tempo para a COP 21, em Paris, de forma a que os resultados do Brasil de redução de emissões do desmatamento no bioma Amazônia fossem efetivamente reconhecidos pela Convenção-Quadro das



Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNCCC) e inseridos no Lima REDD+ Information Hub, que é o registro desses resultados perante a convenção.

Esclareceu que o resultado prático é que o Brasil está apto perante a convenção para captar novos pagamentos por resultados, por meio inclusive do Fundo Verde para o Clima. Informou que a Comissão Nacional para REDD+ (CONAREDD+) teve sua primeira reunião no dia 07.04.2015, tendo nessa oportunidade aprovado seu regimento interno e, por conseguinte, encontrando-se plenamente operacional.

Informou que os membros da CONAREDD+ estão sendo consultados para o agendamento de uma nova reunião para tratar de demandas que já estão presentes, relacionadas à questão de pagamentos por resultados que devem ser deliberados por esta comissão nacional. Por fim, recomendou que para mais informações seja consultada na internet a página <http://redd.mma.gov.br/>.

5. Encerramento

Carlos Klink (MMA) tomou a palavra, agradeceu a todos pela presença e encerrou a reunião.

6. Membros do COFA presentes à reunião: (titulares, suplentes ou representantes substitutos)

Ministério do Meio Ambiente

Carlos Augusto Klink (titular)

Ministério das Relações Exteriores

Luiz de Andrade Filho (representante)

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Andrea Ferreira Portela Nunes (suplente)

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Demetrio Toledo

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

José Henrique Paim (titular)

Gabriel Rangel Visconti (suplente)

Estado do Acre

Magaly Medeiros (suplente)



Estado do Amazonas

Antonio Ademir Stroski (titular)

Estado do Maranhão

Sérgio Veloso (representante)

Estado do Pará

Maria Gertrudes Oliveira (representante)

Estado do Rondônia

Vilson de Salles Machado (titular)

Estado do Roraima

Rogério Martins Campos (titular)

Estado do Tocantins

Rubens Pereira Brito (suplente)

Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – FBOMS

João Bosco Campos dos Santos (titular)

Adriana Ramos (suplente)

Confederação Nacional da Indústria – CNI

Mário Augusto de Campos Cardoso (titular)

Fórum Nacional das Atividades de Base Florestal - FNABF

Adelaide Oliveira (representante)

7. Representantes que não compareceram

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Ministério do Desenvolvimento Agrário

Casa Civil da Presidência da República

Estado do Amapá

Estado de Mato Grosso

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG

Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC

8. Especialistas, convidados e observadores

Externos	
Representação	Nome
Embaixada da Noruega	Priscilla Santos
Embaixada da Alemanha	Lena S. Bretas
KfW	Christian Lauerhass
MMA	Izabella Teixeira
MMA	Thelma Krug
MMA	Gabriel Lui
MMA	Letícia Guimarães
MMA	Monique Ferreira
MMA	Lucas Tolentino
IBAMA	Marilene Ramos
IBAMA	Ana Paula Vasconcellos da Silva
CONTAG	Elizario Toledo
GIZ	Helmut Eger
GIZ	Anselm Duchrow
GIZ	Heliandro Maia
GIZ	Bernardo Anache
GIZ	Monica Roper
GIZ	Janina Budi
BNDES	Juliana Santiago
BNDES	Daniela Baccas
BNDES	Nabil Moura Kadri
BNDES	Guilherme Accioly
BNDES	Bernardo Braune
BNDES	Leandro da Costa Silveira
BNDES	Julio S. Guiomar